

A Guerra da Sucessão de Castela na fronteira-luso castelhana (Alentejo e Extremadura): a Coroa, a guerra e a política (1475-1479)

The War of the Succession of Castile on the Castilian-Portuguese border (Alentejo and Extremadura): the Crown, war and politics (1475-1479)

João NISA

Investigador, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Largo da Porta Férrea, 3000-370 Coimbra (Portugal).

C. e.: jnisa@fl.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7698-7567>

Recibido/Received: 23/10/2024. Aceptado/Accepted: 18/03/2025.

Cómo citar/How to cite: (Chicago) Nisa, João. “A Guerra da Sucessão de Castela na fronteira-luso castelhana (Alentejo e Extremadura): a Coroa, a guerra e a política (1475-1479).” *Edad Media. Revista de Historia* 26 (2025): 79-116.

(Harvard) Nisa, João (2025) “A Guerra da Sucessão de Castela na fronteira-luso castelhana (Alentejo e Extremadura): a Coroa, a guerra e a política (1475-1479).” *Edad Media. Revista de Historia*, 26, 79-116.

DOI: <https://doi.org/10.24197/em.26.2025.79-116>

Artículo de acceso abierto distribuido bajo una [Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional \(CC-BY 4.0\)](#). / Open access article under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC-BY 4.0\)](#).

Resumen: O Alentejo tornou-se simbolicamente no ponto de partida da entrada de D. Afonso V contra solo castelhano, em 1475, com cerca de 20 000 homens concentrados em Arronches, naquela que ficaria conhecida como a campanha de Toro. Enquanto isso acontecia, as fortalezas da região ficavam entregues ao seu destino, e o território à mercê de ataques depredatórios vindos do reino vizinho. Neste artigo iremos analisar as ferramentas que o rei português utilizou para tentar equilibrar as forças, num jogo perigoso e arriscado, mas necessário, que procurou conjugar a estratégia no domínio das operações militares com a instabilidade política que se vivia na Extremadura castelhana.

Palabras clave: Afonso V de Portugal; Reis Católicos; Extremadura; Alentejo; Guerra da Sucessão de Castela (1475-1479).

Abstract: The Alentejo symbolically became the starting point for King Afonso V's entry onto Castilian soil in 1475, with around 20,000 men concentrated in Arronches, in what would become

known as the Toro campaign. While this was happening, the region's fortresses were abandoned to their fate and the territory at the mercy of predatory attacks from the neighbouring kingdom. In this article we analyse the tools that the Portuguese king used to try to balance the forces, in a dangerous and risky but necessary game that sought to combine strategy in the field of military operations with the political instability that was taking place in Castilian Extremadura.

Keywords: King Afonso V of Portugal; Catholic Monarchs; Extremadura; Alentejo; War of the Castilian Succession (1475-1479).

Sumário: Introdução; 1. Afonso V como interlocutor privilegiado: a rebelião de Albuquerque (1470-1472); 2. A guerra e a região; 2.1. Uma preparação adequada?; 2.2. A recuperação do choque inicial; 2.3. (Des)organização e destruição; 3. Equilibrar os pratos da balança: o mestre e a condessa; 4. Conclusão.

Summary: Introduction; 1. Afonso V as a privileged interlocutor: the Albuquerque rebellion (1470-1472); 2. The war and the region; 2.1. An adequate preparation?; 2.2. Recovering from the initial shock; 2.3 (De)organisation and destruction; 3. Balancing the scales: the master and the countess; 4. Conclusions.

INTRODUÇÃO¹

D. Afonso V foi rei de Portugal entre 1438 e 1481, mais de quarenta anos, apenas suplantado em longevidade pelo seu avô, D. João I, o vencedor de Aljubarrota, fundador da dinastia de Avis, da qual Afonso era o terceiro rei. Cognominado, desde a década de 30 do século XVI como “O Africano”, em alusão às suas conquistas no norte de África, um epíteto que provavelmente teria sido do seu agrado, segundo Saul António Gomes, o seu mais recente biógrafo.² Foi um dos baluartes da cristandade contra os muçulmanos do norte de África: conquistou Alcácer Ceguer em 1458, e Tânger e Arzila, em 1471, proeza que até levou a sua tia, Isabel da Borgonha, a encomendar um relato da conquista ao cronista Jean de Wavrin.³ Para além destas, teve muitas outras campanhas, malsucedidas, é certo, lançadas contra lugares da mesma geografia. Relembre-se, a este respeito, o escalamento falhado de Tânger, em 1463, e a desastrosa ação

¹ Abreviaturas utilizadas: ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo; AHME = Arquivo Histórico Municipal de Elvas; ADE = Arquivo Distrital de Évora, BPE = Biblioteca Pública de Évora; AGS = Archivo General de Simancas; AHCD = Archivo Histórico de la Casa Ducal de Alburquerque

² Saul António Gomes, *D. Afonso V: o Africano* (Círculo de Leitores, 2006), 8-9.

³ Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes* (Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995), 515-20; Manuel Ramos, “Os membros da Geração de Avis. Amizades, inimizades e falta de exemplaridade.” In *Symbolon I – Amor e Amizade*, org. Belmiro Fernandes Pereira e Jorge Deserto (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009), 108.

na serra de Benacofu, no ano seguinte, que ia custando a vida ao próprio rei, salvo à última hora por Duarte de Meneses, capitão de Ceuta, que deu a vida por ele.⁴ Simultaneamente, foi um dos reis europeus que respondeu ao chamamento do papa Calisto III para ajudar a recuperar Constantinopla, para a qual tarefa prometeu 12 000 homens por ano, pagos às suas custas. Contudo, a morte do papa, o elevado custo da empresa e a desistência de outros monarcas, levou o rei português a abandonar a ideia. Mais tarde, em 1481, enviou uma frota capitaneada por Garcia de Meneses, bispo de Évora, destinada a levantar o cerco otomano a Otranto.⁵

Apesar de tudo o que acabámos de referir, foi alvo de inúmeras críticas praticamente desde a sua morte, algumas das quais perduram até hoje. Assinala-se o seu papel durante os eventos que levaram à batalha de Alfarrobeira, em 1449, que resultaram na morte do seu tio e antigo tutor, o infante D. Pedro, facto que lançou ondas de choque por todas as cortes europeias, sobretudo pelo tratamento indigno dado ao duque de Coimbra, com o seu corpo a jazer insepulto durante vários dias; não menos importante, e mais pertinente para a presente comunicação, diz respeito ao seu envolvimento na sucessão de Enrique IV de Castela, em 1475, um empreendimento que praticamente morreu antes de iniciar, com a derrota portuguesa na batalha de Toro, a 1 de março de 1476.⁶ De um modo geral,

⁴ Luís Miguel Duarte, “A marinha de guerra. A pólvora. O norte de África.” In *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, coord. José Mattoso (Círculo de Leitores, 2003), 426-29.

⁵ A cidade de Otranto, localizada na Puglia, foi cercada por forças otomanas no verão de 1480, vindo a cair em agosto, numa operação que durou sensivelmente duas semanas. No ano seguinte foi recuperada pelos cristãos, ainda antes da chegada da armada portuguesa, enviada por D. Afonso V. Norman Housley, *The Later Crusades, 1274-1580. From Lyons to Alcazar* (Oxford University Press, 2001), 111-12. Ver também Pellumb Xhufi, “La spedizione turca d’Otranto del 1480 e le sue ripercussioni nell’area adriática.” *Rivista Storica delle terre adriatiche* 1 (2022), 29-49; Vito Bianchi, *Otranto 1480: Il sultano, la strage, la conquista* (Laterza, 2018). Sobre as representações deste episódio na historiografia espanhola e italiana, ver Roberto Mondola, “La conquista otomana de Otranto en la historiografía italiana y española (siglos XV, XVI, XVII),” *Studia Histórica. Historia Moderna* 36 (2014), 35-58.

⁶ A vitória na batalha foi reivindicada por ambas as partes. Em Portugal, a Coroa, por intermédio de D. João II, instituiu uma procissão para perpetuar a memória da vitória obtida em Castela. Luís Adão da Fonseca, *D. João II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, 11-24; Filipa Roldão, “Na rua e no arquivo: a construção da memória portuguesa da Batalha de Toro.” In *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais – A guerra e a sociedade na Idade Média*, vol. 1. (Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009), 319-27. Sobre a importância de Toro para as aspirações dos Reis Católicos, e que

acusa-se o monarca de ter favorecido a grande nobreza, enfraquecendo o poder régio; ter sido um rei cruzadístico, quase como uma reminiscência anacronística de tempos passados; e, por fim, assinala-se o peso excessivo que os empreendimentos militares tiveram sobre os cofres régios e sobre os seus súbditos, esmagados por impostos e contribuições destinadas a alimentar o esforço de guerra.⁷

Sem querer de modo algum fazer qualquer tipo de reabilitação da memória do monarca, até porque não é esse o nosso papel, importa referir que o plano inicial de D. Afonso V nem era mau de todo, e tinha algumas hipóteses de ser bem-sucedido. Não nos podemos esquecer que, em setembro de 1465, o rei viria a assinar, na localidade portuguesa da Guarda, um contrato matrimonial que o iria ligar a Isabel, então com 12/13 anos, e que mais tarde viria a ser a mais forte candidata ao trono de Castela, em detrimento da sua sobrinha, Joana. Mais importante do que isso, D. Afonso V comprometia-se a auxiliar Enrique IV na complexa situação interna castelhana, tendo prontos, para o que fosse necessário, 1500 homens de cavalo e mais de 3000 peões junto da fronteira com Castela.⁸

Tanto assim é que o estado de mobilização do lado português parecia ser real. Na verdade, antes disso, a 6 de novembro de 1464, o rei escreveu ao concelho de Elvas, junto à fronteira com Castela, informando que não seria necessário ir em socorro de Badajoz porque *segundo somos certificado d'alguns trautos e comçertos em que os fidalguos emtram com el rei de Castella creemos que se escusara o socorro de Badalhouçe*.⁹ Por outras palavras, o rei de Portugal estava pronto para intervir no reino

constitui o que de mais recente se escreveu sobre o assunto, ver Ekaitz Etxeberria Gallastegi, “I intend to give him battle. Battle-Seeking in a Civil War Context: Toro (1476),” *Journal of Medieval Military History* 20 (2022), 185-201.

⁷ Todas estas considerações foram dissecadas e discutidas por Gomes, *D. Afonso V*, 7-31.

⁸ Gomes, *D. Afonso V*, 199-200.

⁹ AHME, Tombo de provisões, cartas régias, alvarás e ordens, liv. 3 (1586-82), fl. 389 (1464.11.06). Os encontros entre Enrique IV e os representantes da nobreza decorreram em finais de outubro de 1464. Dos termos acordados entre as partes destacam-se o juramento do infante Afonso como príncipe herdeiro, em cortes, e a sua entrega a Juan Pacheco, que ficaria como seu tutor; e, possivelmente mais importante do que isso, o afastamento de Beltrán de la Cueva como privado régio, e a sua renúncia ao mestrado de Santiago em favor do infante Afonso, recebendo como contrapartida algumas mercês e títulos, entre os quais o ducado de Albuquerque. Tarsicio de Azcona, “Isabel la Católica bajo el signo de la revolución y de la guerra (1464-1479).” In *Isabel la Católica y la política*, ed. Julio Valdeón Baroque (Ámbito Ediciones/ Instituto de Historia Simancas, 2001), 56-57.

vizinho caso a situação assim o justificasse, tendo os concelhos da fronteira mobilizados e prontos para agir. Aquilo que pretendemos demonstrar é que a ação de D. Afonso V, embora deficiente de um ponto de vista militar, sobretudo no Alentejo, uma região fronteira de extrema importância para a Coroa portuguesa, tentou aproveitar os conflitos internos que por então dividiam a nobreza extremeña, sobretudo relacionados com a posse dos mestrados de ordens militares e com a área de influência de algumas das famílias da região.¹⁰ O primeiro passo, ainda assim, parece ter sido a intervenção do rei português num assunto interno castelhano, junto à fronteira com Portugal.

1. D. AFONSO V COMO INTERLOCUTOR PRIVILEGIADO: A REBELIÃO DE ALBUQUERQUE (1470-1472)

Nos finais da década de 60 do século XV, a Extremadura vivia um autêntico clima de guerra civil e a situação era mais volátil do que alguma vez havia sido. O cenário veio a agravar-se em outubro de 1470, quando Enrique IV reconheceu D. Joana como sua única herdeira, incendiando um cenário político complicado, e fazendo com que a nobreza se dividisse novamente em dois partidos. Como já havia ocorrido anteriormente, o facto de as vilas e cidades da região se verem envolvidas neste complexo puzzle de interesses, nada favorecia uma paz, ainda que aparente, naquele território. Assim, neste mesmo ano, Enrique IV ofereceu Cáceres à sua esposa Joana, enquanto Badajoz estava em poder do conde de Feria desde janeiro de 1470. Aparentemente consciente do perigo que os nobres extremeños apresentavam, o rei de Castela tentou aproximar-se

¹⁰ Gloria Lora Serrano. “Señorios y frontera: la nobleza extremeña ante la guerra castellana de sucesión,” *Revista de História da Faculdade de Letras* 15, n.º 1 (1998), 383-410; Carlos Rodríguez Casillas, “Guerras nobiliarias en el marco de las luchas políticas del siglo XV: el caso extremeño.” In *La guerra privada en la Edad Media: las coronas de Castilla y Aragón (siglos XIV-XV)*, coord. Ekaitz Etxeberria Gallastegi e Jon Andoni de Larrea Rojas (Universidad de Zaragoza, 2021), 117-41. Os investigadores não têm dedicado muita atenção à análise da guerra na fronteira luso-extremeña, durante o conflito de 1475-1479. Destacam-se, ainda assim, os importantes trabalhos de Carlos Rodríguez Casillas a este respeito: “Tipología de las campañas militares ocurridas en la frontera luso-extremeña durante la Guerra de Sucesión castellana a la muerte de Enrique IV (1475-1479),” *Revista Signum* 11, n.º 2 (2010), 183-206; *A fuego e sangre: La guerra entre Isabel la Católica y Doña Juana en Extremadura* (Editora Regional de Extremadura, 2013); “Más allá del Duero: La Guerra de Sucesión en Extremadura (1475-1477).” *Medievalismo* 27 (2017), 285-301.

novamente de D. Afonso V, deslocando-se à região para negociar o matrimónio de D. Joana com o rei português. Gorada a possibilidade de este encontro acontecer em Badajoz, muito por culpa do conde de Feria que se recusou a receber estas duas personalidades na cidade, os dois monarcas encontraram-se entre este lugar e Elvas. Por esta altura, outro problema aparecia na região. A vila de Albuquerque resistia à tentativa de senhorialização que lhe havia sido imposta, recusando de todas as formas a jurisdição de Beltrán de la Cueva, facto pelo qual se encontrava rebelada contra o valido de Enrique IV desde setembro de 1470, com o alcaide do lugar, Juan de Torres, a rejeitar a entrega do castelo ao novo senhor.¹¹ Para fazer face à desobediência do alcaide, o novo senhor vai aliar-se a Alonso de Monroy, também ele partidário do monarca castelhano e que desempenhava as funções de administrador da Ordem de Alcántara, numa fase turbulenta da história da instituição.¹²

Alonso de Maldonado, autor da *Crónica de Alonso de Monroy* menciona que Beltrán de la Cueva enviava, anualmente, 400 lanças e muita peonagem contra o lugar, mas como a terra estava *llena de guerras* e os abastecimentos eram escassos, obtinham poucos (ou nenhuns) resultados. Decidido a tomar a povoação para, assim, agradar ao seu novo aliado, Alonso de Monroy juntou 200 homens de cavalo e 400 peões e conseguiu tomar a vila, porque havia conseguido que um dos seus criados deixasse uma das portas da cerca aberta, e apoderou-se rapidamente do lugar, sem, ainda assim, conseguir tomar o castelo porque *era cosa muy fuerte y no se podía tomar por combate*.¹³ Albuquerque terá caído em inícios de março de 1472, certamente antes do dia 11, quando Beltrán de la Cueva firma um acordo com Alonso de Monroy, comprometendo-se a auxiliar o claveiro

¹¹ José Luis del Pino García, *Extremadura en las luchas políticas del siglo XV* (Diputación Provincial de Badajoz, 1991), 244. Juan de Torres era alcaide do castelo de Albuquerque desde 1465, em nome do seu irmão, Alonso de Torres, que o havia recebido de Beltrán de la Cueva. María del Pilar Carceller Cerviño, *Beltrán de la Cueva. Monarquía y nobleza a fines de la Edad Media* (Sílex, 2011), 197.

¹² Carlos Rodríguez Casillas, *D. Alonso de Monroy (s. XV). Maestre de Alcántara y señor de la guerra* (Diputación de Badajoz, 2013), 54.

¹³ Alonso Maldonado, *Vida e historia del maestre de Alcántara don Alonso de Monroy*, ed. Leonardo Romero (Tárraco, 1978), 85-89.

na sua demanda pelo controlo da Ordem de Alcántara, como recompensa pela tomada de Albuquerque em nome do duque.¹⁴

A 7 de março de 1472, o rei de Castela escreveu a Rodrigo de Alvarado, alcaide da fortaleza de la Codosera, no termo de Albuquerque, ou a quem tivesse a fortaleza em nome de Juan de Torres, alcaide de Albuquerque, para que entregasse o castelo a Beltrán de la Cueva.¹⁵ Ainda mais interessante é verificar que existiam portugueses no interior do castelo de Albuquerque, fiéis à causa dos revoltosos. Sabemos isso devido a uma carta enviada de Elvas, por D. Afonso V, datada de 2 de abril de 1472, dirigida aos *portugueses que estaaes com Joham de Torres*, ameaçando-os com o peso do desfavor régio:

*A todos em geeral e a cada huum em espiçial emcomendamos e mandamos que segurando nos o dicto duque vos sayhaaes da dicta forteleza e nom queiraaes seguir o dicto Joham de Torres sendo certos que de o assy cumprirdes que nos farees em ello muito prazer e serviço e fazendo o contrairo obraremos contra vos segundo he dicto.*¹⁶

Desconhecemos o real alcance da missiva de D. Afonso V, tal como ignoramos a identidade dos portugueses que se encontravam dentro do castelo, junto com os partidários de Juan de Torres. O assédio prolongou-se até agosto, com Beltrán de la Cueva a conseguir a capitulação do lugar no dia 6 desse mês, por acordo com o alcaide. Os termos ditavam condições um tanto ou quanto humilhantes para os sitiadores, entre os quais assegurar a libertação do marechal Alonso de Torres, irmão do alcaide e prisioneiro em Cuéllar; o pagamento de 1000 *enriques viejos* (cerca de 435 000 maravedis) a Juan de Torres; a concessão de um indulto a Juan de Torres e a todos quantos o serviam em Albuquerque, La

¹⁴ *Colección Diplomática Medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494)*, vol. II (1454-1494). ed. Bonifacio Palacios Martín (Editorial Complutense, 2003), doc. 1158 (1472.03.11), 211.

¹⁵ *Documentos sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo*, vol. I. ed. Miguel Ángel Ladero Quesada e César Olivera Serrano (Universidad Carlos III de Madrid/Comité Español de Ciencias Históricas, 2016), doc. 3120 (1472.03.07), 1101.

¹⁶ AHCD, Sección Ducado de Albuquerque, carpeta 6, n.º 48 (1472.04.02). Ao que parece, uma força portuguesa estava no castelo de Albuquerque em momento anterior ao início da rebelião, permanecendo ali até este mesmo mês de abril de 1472. Alfonso Franco Silva, “¡Viva el duque nuestro señor!: las revueltas contra don Beltrán de la Cueva en Alburquerque (1465-1472).” In *Estudios sobre Don Beltrán de la Cueva y el ducado de Alburquerque* (Universidad de Extremadura, 2002), 125.

Codosera e Azagala; para além dos 1000 *enriques viejos* pela entrega do castelo, o duque de Albuquerque pagaria por todos os apetrechos deixados nas fortalezas, os quais seriam avaliados por representantes de ambas as partes.¹⁷ O mais curioso desta situação é que o fiador deste acordo entre as duas facções veio a ser nada mais, nada menos, que D. Afonso V, rei de Portugal, ao que parece por solicitação de Beltrán de la Cueva, embora também não se possa excluir a intervenção direta de Enrique IV de Castela, que se havia encontrado com o seu congénere português algum tempo antes, em abril, entre Elvas e Badajoz, para discutir o casamento entre a sua filha Joana e D. Afonso V.¹⁸ Traçados os planos e combinados os prazos, o rei de Portugal ordenou a Afonso Teles, alcaide da vila portuguesa de Campo Maior, a mais próxima de Albuquerque, que entrasse em solo castelhano para entregar o castelo a Beltrán de la Cueva e, simultaneamente, para escoltar Juan de Torres, em segurança, para território português, o que parece ter decorrido sem sobressaltos.¹⁹

Curiosamente, a relação entre D. Afonso V e o alcaide de Albuquerque não era nova. Já em 1467 o concelho de Elvas se queixava ao rei sobre o alvará que este tinha passado a Juan de Torres, autorizando-o a colocar gado em solo português. Certamente temendo represálias das povoações castelhanas vizinhas, ou de opositores do alcaide, e não desejando ver-se enredados num conflito que nada lhes dizia respeito, os homens de Elvas solicitaram ao rei que o alvará fosse revogado, uma vez que o gado trazido por Juan de Torres, ou por alguém em seu nome, era roubado.²⁰

¹⁷ Franco Silva, “¡Viva el duque nuestro,” 114-15.

¹⁸ Gomes, *D. Afonso V*, 202; Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V de Rui de Pina*, ed. Thomas Earle. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024, cap. 173. As fontes portuguesas omitem a participação do rei de Portugal, ou de qualquer um dos seus agentes, nesta situação. Alfonso Franco Silva assinala a possibilidade de D. Afonso V ser o instigador da rebelião, aparecendo, posteriormente, como mediador de uma situação por si provocada, na tentativa de criar um ponto de apoio para uma futura intervenção no reino vizinho. Franco Silva, “¡Viva el duque nuestro,” 125. María de Pilar Carceller Cerviño também se parece inclinar para essa possibilidade, evidenciando o interesse do rei de Portugal nessa praça extremeña. Carceller Cerviño, *Beltrán de la Cueva*, 207-208. Não é uma hipótese sem fundamento, atendendo ao que referimos em seguida.

¹⁹ Franco Silva, “¡Viva el duque nuestro,” 116.

²⁰ AHME, Tombo de provisões, cartas régias, alvarás e ordens, liv. 3 (1586-82), fl. 344 (1467.09.13).

Assim, a 29 de janeiro de 1473, D. Afonso V passou uma carta de segurança em favor de Juan de Torres, a pedido deste, visto que afirmava andar continuamente com a carta onde se continha o acordo para a capitulação de Albuquerque. Neste documento, o rei português confirmou a proteção a Juan de Torres, a seus filhos, irmãos, parentes e criados que com ele quisessem estar no reino de Portugal. O antigo alcaide de Albuquerque estava autorizado a residir onde quisesse e a usufruir dos bens como um súbdito natural do reino.²¹ A ligação do rei de Portugal a esta povoação extremeña também não se desvaneceu com o final da rebelião. Movido por *alguuas razões*, como afirma na carta de privilégio, o monarca autorizou que os moradores de Albuquerque pudessem trazer os seus gados a pastar no reino de Portugal em todas as terras que não fossem coutadas. Salvaguardava, ainda, que os seus animais não fossem apreendidos como represália pelos *malles, dapnos [e] roubos que alguuns dos moradores e vezinhos da dicta villa a nossos naturaaes tenham feito*,²² um claro indício de que a rebelião de Juan de Torres foi um foco de instabilidade e tensão de ambos os lados da fronteira.

Na qualidade de fiador da capitulação entre Beltrán de la Cueva e Juan de Torres, D. Afonso V devia garantir o cumprimento do acordo entre as partes. No acordo, ficou previsto um pagamento ao antigo alcaide pela entrega do castelo de Albuquerque, que devia deixar todos os apetrechos nela contidos, como referimos anteriormente. Contudo, Beltrán de la Cueva viria mesmo a queixar-se ao rei português de que o antigo alcaide não tinha entregado duas bombardas.²³ Ainda assim, este assunto estava longe de estar encerrado. Já muito depois de a guerra ter terminado, e após a morte de D. Afonso V, em 1487, Juan de Torres e Beltrán de la Cueva ainda esgrimiam argumentos sobre a capitulação de Albuquerque, desta

²¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 33, fl. 14v (1473.01.28).

²² ANTT, Leitura Nova, Livro dos Extras, fl. 35-35v (1473.09.02).

²³ AHCDA, Sección Ducado de Albuquerque, carpeta 6, n.º 49 (1473.10.08). Este episódio encontra-se bem detalhado por Alfonso Franco Silva. O problema surgiu com a avaliação de uma bomba, por parte de representantes de ambas as partes, tendo chegado à conclusão que a peça apenas valia pelo ferro, uma vez que tinha rebentado, em Cáceres. Ainda assim, Beltrán de la Cueva afirmava que esta bomba devia ser entregue a Juan de Torres, desde que o antigo alcaide devolvesse as duas bombas que tinham estado em Azagala. Franco Silva, “¡Viva el duque nuestro,” 118.

vez com D. João II de Portugal como árbitro, sucedendo ao seu pai nesse papel.²⁴

Seja como for, este episódio demonstra, de forma clara, o conhecimento que o rei português tinha sobre a situação política no reino vizinho, e mais concretamente na região da Extremadura e, assim, perfeita consciência dos agentes políticos e militares que lhe poderiam ser úteis no futuro. O primeiro passo estava dado.

2. A GUERRA E A REGIÃO

2.1. Uma preparação adequada?

A guerra entre os dois vizinhos ibéricos viria mesmo a estalar em 1475, precipitada pelo falecimento de Enrique IV de Castela em dezembro do ano transato e com a subida da sua irmã Isabel ao trono castelhano, em detrimento de Joana, filha do rei.²⁵ Declarada a guerra, D. Afonso V ordenou que a hoste portuguesa se concentrasse em Arronches, no Alentejo, em maio, uma força invasora que contaria com mais de 20 000 homens, na sua maioria portugueses, mas com soldados da fortuna provenientes de outras regiões da Europa.²⁶ O rei português estaria certamente confiante num desfecho positivo desta campanha, fruto dos apoios que foi recebendo em Castela, bem como da confusão que reinava no lado contrário. À primeira vista, o monarca não terá descurado a defesa do reino, enquanto estivesse em Castela. No conselho de guerra que decorreu em Estremoz, no início de 1475, em que se preparou a invasão do reino vizinho, também se tomaram disposições relativamente à vertente defensiva: ordenou-se que se providenciasse uma vistoria de todos os castelos da fronteira, reparando-se o que fosse necessário, incluindo torres, muros, portas e cisternas; providenciou-se que as fortalezas fossem bem guarnecidas com artilharia e armas; no caso do Alentejo, foi enviado um

²⁴ AHCD, Sección Ducado de Albuquerque, carpeta 6, n.º 47 (1487.07.18). A troca de argumentos em relação ao incumprimento dos termos da capitulação de Albuquerque ainda se arrastou por mais alguns anos. Carceller Cerviño, *Beltrán de la Cueva*, 206.

²⁵ María Isabel del Val Valdivieso, “La herencia del trono.” In Isabel la Católica y la política, ed. Julio Valdeón Baroque (Ámbito Ediciones/ Instituto de Historia Simancas, 2001), 24.

²⁶ Sobre o número de efetivos da campanha, ver Marcelo Augusto da Encarnação, *A Batalha de Toro* (Fronteira do Caos, 2014), 129-34.

fidalgo, Álvaro de Moura, que devia levar o dinheiro necessário para as obras, articulando com os alcaides dos castelos, e supervisionando os trabalhos; encomendaram-se cem bombardas da Flandres para os castelos da fronteira, e outras cem para o armazém do rei; dispuseram-se, ainda, os fronteiros-mores por cada uma das comarcas do reino, ficando em Portugal os que fossem necessários para a defesa da terra. Estimava-se que, apenas para as obras nos castelos e para o armamento, fosse necessário um milhão de reais.²⁷ Como medida preventiva, o príncipe D. João também ordenou que se afastasse o gado da fronteira cinco léguas – cerca de 30 km – para o interior do território português.²⁸

Contudo, de acordo com os dados de que dispomos, apenas o fronteiro-mor da comarca de Entre Tejo e Odiana, Garcia Meneses, bispo de Évora, terá sido nomeado antes da entrada da hoste portuguesa em solo castelhano, ainda durante o mês de abril de 1475.²⁹ Isto significa que a

²⁷ Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de apontamentos (1438-1489)*. ed. Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983), 52-4.

²⁸ AHME, Tombo de provisões, cartas régias, alvarás e ordens, liv. 3 (1586-82), fl. 441 (1475.02.23).

²⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, fl. 60 (1475.04.27). O envolvimento de prelados na guerra medieval estava longe de ser uma realidade fora do comum. A sua origem, na maioria dos casos aristocrática, levava a que estivessem familiarizados com o manuseamento de armas e a equitação, desde tenra idade. Paralelamente, não podemos ignorar a importância política de alguns destes indivíduos, e a confiança de que gozavam, junto dos monarcas, que os incumbiam de tarefas de grande sensibilidade, de índole diplomática e militar. As fontes referem o papel de eclesiásticos no recrutamento e mobilização de tropas, na defesa de fortificações, bem como a sua participação em campanhas e, inclusivamente, em batalhas campais. Sobre este assunto, ver, Lawrence G Duggan, *Armsbearing and the Clergy in the History and Canon Law of Western Christianity* (Boydell Press, 2013); Juan Antonio Prieto Sayagués, “La participación política, militar y diplomática de los obispos en los conflictos del reinado de Juan I de Castilla,” *Revista Roda da Fortuna – Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo* 3 1-1 (2014), 123-47; L. J. Andrew Villalon, “Cardinal Sins” and “Cardinal Virtues” of “El Tercer Rey,” Pedro González de Mendoza: The Many Faces of a Warrior Churchman in Late Medieval Europe,” *Journal of Medieval Military History* 13 (2015), 213-46; Fabien Roucole, *Prélats et hommes de guerre dans la France du XVe siècle*. (Presses Universitaires de Provence, 2020); Daniel Gerrard, *The Church at War: The Military Activities of Bishops, Abbots and Other Clergy in England, c. 900-1200* (Abingdon/Nova Iorque: Routledge, 2017); Sergio Boffa, “Le clergé et le maniement des armes au Moyen Âge,” *Revue belge de Philologie et d'Histoire* 95 (2018), 177-92; Kyle C. Lincoln, “In exercitu loco eius pontificalia exercet: Warrior Clerics in the Era of Fernando III.” In *The sword and the cross: Castile-León in the era of Fernando III* (Brill, 2020), 85-104; David E. Thornton, “The Bellicose Bishop of the Battle of Neville’s Cross, 1346,” *Northern*

organização da defesa deste território, sobretudo a distribuição dos serviços de vela e rolda das vilas e castelos, e a disposição das respetivas guarnições, sob a égide do bispo eborense, decorreu com alguma antecedência. Atendendo ao que viria a acontecer assim que o exército de D. Afonso V entrou em Castela, existiram falhas graves, nomeadamente nas guarnições dos castelos da fronteira, que parecem ter sido providas com um número de homens inferior ao que seria necessário. Disto mesmo se queixava o príncipe D. João, logo no início do mês de junho, comentando Zurita que *pidía a su padre que si hubiese de poner gente en guarniciones*.³⁰ Os fronteiros de lugar só foram, aparentemente, nomeados em data posterior, o que sugere a possibilidade de, num plano inicial, se considerar a hipótese de concentrar a coordenação da defesa dos castelos da região na figura do fronteiro-mor, em articulação com os respetivos alcaides e capitães. Luís de Sousa, claveiro da ordem de Cristo, surge como fronteiro de Nisa, Alpalhão e Montalvão – três vilas pertencentes ao senhorio da dita ordem – bem como de Portalegre, em finais de agosto.³¹ Alguns meses mais tarde, em outubro, a vila de Portalegre é retirada da alçada do claveiro e colocada sob a responsabilidade de Pedro Tavares, seu alcaide-mor e também de Alegrete, passando ambas as vilas, e

History 61, n.º 2 (2024), 164-179. Veja-se, ainda, o volume coordenado por Radosław Kotecki, Jacek Maciejewski e John S. Ott, integralmente dedicado a este assunto, *Between Sword and Prayer: Warfare and Medieval Clergy in Cultural Perspective* (Brill, 2018); Garcia de Meneses era filho de D. Duarte de Meneses (1414-1464), primeiro capitão de Alcácer Ceguer, e foi um elemento bastante ativo durante a guerra de 1475-1479, tendo estado presente na batalha de Toro. Depois da guerra, em 1480, e antes de cair em desgraça devido ao seu envolvimento na conspiração contra D. João II, capitaneou uma armada enviada por D. Afonso V para levantar o cerco otomano movido contra Otranto, ver Saul António Gomes, “The idea of Crusade in Portugal through the fifteenth century.” In *Mercenaries and Crusaders*, ed. Attila Bány (Universidade de Debrecen, 2024), 330-331.

³⁰ Jerónimo Zurita, *Anales de la Corona de Aragón*, ed. Ángel Canellas López, edição digital (Institución Fernando el Católico, 2003), livro XIX, cap. XXVIII. Alonso de Palencia refere que o rei português apenas deixou 500 lanças em guarnição antes de se dirigir a Plasencia. Alonso de Palencia, *Crónica de Enrique IV*, t. 3 (Tipografia de la revista de archivo, 1905), 379. No Castelo Real, por exemplo, deviam estar dez lanças de dez reais e dez homens de pé, enquanto em Redondo estariam 15 lanças. Chaves, *Livro de Apontamentos*, 49-50.

³¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, fl. 39v (1475.08.31).

respetivos termos, a ficar enquadradas na área de atuação do mesmo fronteiro.³²

Para termos uma noção da importância do fronteiro-mor para a condução da guerra na região, veja-se a carta de provisão de D. João, marquês de Montemor-o-Novo e condestável do reino, passada em 1478. Segundo o documento, todos os capitães de cidades e lugares, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e alcaides dos castelos da comarca deviam obedecer-lhe, juntando-se quando e onde ele assim o requeresse. De igual modo, podia entrar em qualquer um dos inúmeros castelos e fortalezas da região, com os fidalgos e gente de armas que o acompanhasse. Também podia requisitar todas e quaisquer armas e artilharias dos armazéns locais, caso fosse necessário para seu serviço. Mesmo os grandes senhores da região, como os duques de Bragança e de Guimarães, deviam mobilizar todos os seus cavaleiros, fidalgos, vassallos, cidadãos, concelhos, homens de armas e de pé das suas vilas e cidades, para o acompanhar quando e onde fosse requerido.³³ Em suma, era confiada toda a organização e condução da guerra a um só homem, com poderes plenipotenciários. O perfil do fronteiro-mor não se alterou muito em relação a períodos anteriores, uma vez que o cargo continuou a ser confiado a indivíduos da alta nobreza, incluindo familiares do rei.³⁴

2.2. A recuperação do choque inicial

Apesar de todas as diligências tomadas na defesa da fronteira alentejana, algumas vilas e castelos da região caíram logo em meados de 1475 ou no início do ano seguinte. Ouguela caiu antes de finais de julho desse ano, atendendo que os Reis Católicos apenas doaram a vila a Francisco de Solís, o “eleito” da Ordem de Alcântara, e responsável pela

³² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, fl. 11v (1475.10.29).

³³ ANTT, Leitura Nova, Livro dos Extras, fl. 159-159v (1478.04.15). Sobre a figura de D. João, marquês de Montemor-o-Novo, ver Jorge Fonseca, *D. João, marquês de Montemor-o-Novo: uma vida entre duas épocas* (Dinalivro, 2010).

³⁴ José Marques, *Relações entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média* (Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994), 360; João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Editorial Notícias, 1998), 139; João Nisa, “Um palco e um cenário. A frontaria alentejana e as Guerras Fernandinas (1369-1382).” *Juvenes - The Middle Ages seen by young researchers*, ed. André Madrugá Coelho e Silvana Sousa (Publicações do Cidehus, 2020).

sua conquista, nessa data.³⁵ Noudar foi tomada, segundo Zurita, no dia 6 de junho, por homens de Sevilha que tinham feito uma entrada com o objetivo de capturar gado, acabando por combater o castelo e tomá-lo.³⁶ Mais a norte, Alegrete foi conquistada através de um ataque noturno conduzido por Alonso de Monroy,³⁷ sendo possível que o mesmo tenha acontecido à povoação vizinha de Arronches.³⁸ Em data incerta, também o castelo de Monforte foi alvo de um ataque castelhano.³⁹ As perspectivas não eram as melhores, até porque os partidários da causa de D. Isabel e D. Fernando tinham deixado as praças bem guarnecidas e abastecidas. Esta situação causava um duplo problema: por um lado, tornava difícil a sua reconquista, implicando um elevado número de meios, humanos e materiais; por outro, transformava estes lugares em pontos estratégicos importantes, a partir dos quais se podiam lançar cavalgadas contra povoações vizinhas, criando focos de tensão e instabilidade, dentro do território português.⁴⁰ Precisamente por esta razão, o príncipe D. João procurou recuperá-las logo que lhe foi possível, Ouguela ainda em 1475,⁴¹

³⁵ *Colección Diplomática Medieval*, II, doc. 1203 (1475.07.31), 290.

³⁶ Zurita, *Anales*, lib. XIX, cap. XXVIII.

³⁷ A fonte que nos poderia dar uma indicação mais precisa da data, a biografia de Alonso de Monroy, apenas refere que ocorreu em 1475, Maldonado, *Vida e historia*, cap. XXXIII-XXXIV, 125-129. Parece-nos que terá acontecido entre novembro de 1475 e início do ano seguinte – veja-se a nomeação de um fronteiro do lugar em finais de outubro, na nota 32 –, mas certamente antes de abril de 1476, quando D. Afonso V concedeu autorização a Pedro Tavares, alcaide do castelo de Portalegre, para construir uma fortaleza em Alegrete, quando a vila fosse recuperada, ANTT, *Leitura Nova*, Odiana, liv. 4, fl. 131-132 (1476.04.03).

³⁸ Humberto Baquero Moreno, “Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos,” *Revista da Faculdade de Letras* 10 (1993), 109.

³⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 32, fl. 161-161v (1480.05.28) [1478.12.23].

⁴⁰ Um pouco à semelhança do que as guarnições inglesas faziam na Normandia, Christopher Allmand, *Lancastrian Normandy. The History of a Medieval Occupation* (Clarendon Press, 1986), 188.

⁴¹ Rui de Pina afirma que a vila foi recuperada em junho de 1475, o que não parece fazer sentido, de acordo com o que acima referimos. Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 185, 497. Depois, porque numa doação feita por D. Afonso V a Álvaro Dias, escudeiro do príncipe D. João, datada de 6 de setembro de 1475, se refere os *mujtos e comtinuados seruiços que nos feitos tem assy em a dita cidade de Cepta como em estes regnos e em outras partes homde nos delle seruir quisemos e ora no cerco d'Ougella*, dando a entender que o cerco terá terminado por esta altura, *Livro das Ilhas*, ed. José Pereira da Costa (Secretaria Regional da Educação e Cultura/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1987), 243-245. Aparentemente, a guarnição castelhana deixada em Ouguela

e Alegrete apenas em 1477,⁴² após o seu regresso de Castela.

Segundo as fontes de que dispomos, o príncipe D. João terá recorrido a homiziados para reconquistar estas duas vilas. Assim, e sem querermos ser exaustivos, assinala-se a participação, para o primeiro caso, de Afonso Moreno, de Torrão, acusado de agredir a sua mulher,⁴³ ou Diogo Afonso Belo, vassalo régio, morador em Vila Viçosa, condenado devido a um desaguisado com o lavrador Fernão Rodrigues.⁴⁴ Na reconquista de Alegrete estiveram o judeu David Negro, recebedor da alfândega da cidade do Porto;⁴⁵ Gomes Pires Carnes, morador em Aljezur, em busca de perdão por ter ferido Vasco Barqueiro, antigo juiz do lugar;⁴⁶ Yra Gordo, um mouro forro da vila de Elvas, que fora acusado de roubar um burro e fugira da prisão;⁴⁷ ou Álvaro Gonçalves, morador no julgado de Baião, implicado

estaria com problemas relacionados com a falta de água, o que jogou a favor dos sitiados. *Crónica Incompleta de los Reyes Católicos (1469-1476)*, ed. Julio Puyol (Academia de la Historia, 1934), tit. XXVIII, 253. Não obstante, o cerco deve ter sido bastante violento. Assim se depreende pela necessidade de reparação dos muros da vila, porque *ella ficara depois muy daneficada*, ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 19, fl. 117v (1487.04.06).

⁴² As operações que levaram ao assédio de Alegrete devem ter começado em inícios de 1477, sendo o mais provável finais de fevereiro ou inícios de março. Damião de Góis indica que a vila foi recuperada em janeiro, enquanto Rui de Pina e Garcia de Resende referem o mês de fevereiro, Damião de Góis, *Chronica do Príncipe Dom Joam* (Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905), cap. XC, 232-233; Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 203, 532-534; Garcia de Resende, *Crónica de Dom João II e miscelânea* (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), cap. XV, 16. Alonso de Maldonado refere que o cerco português durou dois meses, acabando os defensores por negociar a entrega do lugar devido à impossibilidade de receber socorro por parte dos Reis Católicos, quando a fome já ameaçava a guarnição, Maldonado, *Vida e historia*, cap. XXXIX, 136. Este cronista aventa ainda um suposto desinteresse dos monarcas castelhanos em acudir ao pedido de reforços por parte de Alonso de Monroy, o que parece não ter sido o caso, como se depreende pelas solicitações feitas à cidade de Sevilha, em 17 de março e 12 de abril de 1477, *El tumbo de los Reyes Católicos del concejo de Sevilla*, vol. I (1474-1477), ed. Ramón Carande e Juan de Mata Carriazo (Fundación Ramón Areces, 2007), doc. 148 (1477.03.17), 290-291 e doc. 152 (1477.04.12), 299-300. Isto significa que, por um lado, tinham todo o interesse na manutenção da vila, e, por outro, o cerco se arrastou, pelo menos, até abril.

⁴³ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, fl. 170v (1475.11.13).

⁴⁴ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, fl. 167-167v (1475.12.05).

⁴⁵ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 101v (1477.05.08).

⁴⁶ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 100 (1477.10.27).

⁴⁷ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 99v (1477.10.28).

na morte de Martim Eanes, abade da igreja de Santa Marinha.⁴⁸ Outras cartas de perdão apresentam um teor mais vago, limitando-se a referir o serviço que este ou aquele indivíduo prestou na fronteira, como no caso do perdão a João Gomes Preto, residente em Moura, acusado de ter matado e queimado um castelhano no termo da dita vila, onde se menciona que *fora servir em a frontaria dous meses segundo per nos fora hordenado*, facto comprovado por um alvará passado por Gonçalo Falcão, alcaide do castelo de Moura.⁴⁹ Outros, como Fernão Lourenço, de Évora, obtiveram perdão régio por terem estado com Garcia de Meneses, bispo de Évora, na ida a Medellín e Mérida, em 1479.⁵⁰

Portugal já tinha utilizado um grande número de homiziados anteriormente, durante o séc. XIV,⁵¹ nas guerras com Castela,⁵² na batalha de Alfarrobeira (1449),⁵³ e nas campanhas contra o norte de África, nomeadamente nas conquistas de Ceuta (1415), Alcácer-Ceguer (1458), Tânger e Arzila (1471).⁵⁴ Ainda assim, o recurso a estes indivíduos, tanto para serviços de guarnição, como de campanha, não foi um exclusivo dos reis de Portugal. Os monarcas castelhanos, por exemplo, também recorreram aos seus préstimos, tanto durante este conflito,⁵⁵ como na

⁴⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 98v (1477.10.31).

⁴⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, fl. 168 (1475.12.08)

⁵⁰ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 32, fl. 5 (1480.01.03)

⁵¹ Miguel Gomes Martins, *A arte da guerra em Portugal (1245-1367)* (Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014), 65-67. A utilização de criminosos nos exércitos medievais não foi uma exclusividade portuguesa ou mesmo ibérica. Sobre o caso inglês, veja-se, por exemplo, L. J. Andrew Villalon, “Taking the King’s Shilling” to Avoid “the Wages of Sin”: English Royal Pardons for Military Malefactors during the Hundred Years War”. In *The Hundred Years War (Part III). Further Considerations*, ed. L.J. Andrew Villalon e Donald J. Kagay (Brill, 2013), 357-435.

⁵² Monteiro, *A Guerra em Portugal*, 88-90.

⁵³ Segundo Humberto Baquero Moreno, 219 indivíduos beneficiaram da amnistia régia pela sua participação na batalha, Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico* (Universidade de Lourenço Marques, 1973), 399-400.

⁵⁴ Luís Miguel Duarte, *Justiça e criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 1999), 441-447. Veja-se, a este respeito, o elevado número de homiziados que participaram na tomada de Arzila, em 1471. Paulo Dias, “A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471” (dissertação de mestrado; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), 53-59 e quadro 1.

⁵⁵ Segundo a *Crónica incompleta de los Reyes Católicos*, a Coroa castelhana tratou de cativar o serviço de criminosos e homiziados ainda antes da entrada de D. Afonso V,

fronteira com Granada.⁵⁶ Tratava-se, sem dúvida, de uma forma relativamente barata de serviço militar, sem custos de maior para a Coroa, uma vez que estes homens serviam às suas próprias custas, como forma de obter um perdão pelos crimes que haviam praticado. Não era, claro está, uma situação muito bem vista pelas populações, desagradadas pela presença e circulação de criminosos e malfeitores nas vilas e cidades do reino, muitos deles culpados de crimes violentos, e que beneficiavam da complacência régia devido a necessidades de índole militar. Talvez por essa razão, no rescaldo da guerra, durante as cortes de Évora-Viana, em 1481-1482, se solicite a extinção de alguns coutos de homiziados, transformados em autênticas *covas de ladroees*.⁵⁷

Mais a sul, a fortaleza de Noudar, pertencente à Ordem de Avis, só regressaria a mãos portuguesas em 1477.⁵⁸ O alcaide castelhano do lugar, Martim de Sepúlveda, após entregar o castelo ao príncipe D. João, foi recompensado com a respectiva alcaidaria, em 1482.⁵⁹ Também a vila de Moura regressou no ano de 1478 a controlo português, depois de o príncipe ter ordenado o assassinato de Lopo Vaz de Castelo Branco, por ter levantado voz por Castela e se ter autointitulado conde de Moura.⁶⁰ Assinale-se que, em todos os casos que assinalámos, a iniciativa pertenceu

solicitando que servissem durante um prazo de três meses, para que obtivessem o perdão régio, *Crónica Incompleta*, tit. XXII, 174-176.

⁵⁶ Miguel Ángel Ladero Quesada, *Castilla y la conquista del reino de Granada* (Diputación Provincial de Granada, 1987), 141-144.

⁵⁷ Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. vol. 2 (Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990), 449; ANTT, *Aclamações e Cortes*, Cortes, mç. 3, n.º 5, fl. 6.

⁵⁸ Não conseguimos precisar, com exatidão, a data em que Martim de Sepúlveda acordou a entrega da fortaleza ao príncipe D. João. Em carta enviada à cidade de Sevilha, em maio de 1477, a rainha de Castela menciona as *derramas e repartimientos para la guerra que fasiades a Portugal e defensa de Nodar*, não ficando claro, em nossa opinião, que o lugar ainda estivesse sob controlo castelhano. *El tumbo*, II, doc. 168 (1477.05.10), 23. As fontes portuguesas parecem apontar para o ano de 1477, Encarnação, *A Batalha de Toro*, 265. Por outro lado, Fernando del Pulgar refere que o cavaleiro sevillano manteve Noudar durante três anos em nome dos Reis Católicos, o que não ajuda a dissipar as dúvidas e a estabelecer uma cronologia mais afinada deste episódio. Pulgar, Fernando del. *Crónica de los Reyes Católicos*, t. I, ed. Juan de Mata Carriazo (Universidad de Granada, 2008), cap. XXXVIII, 123.

⁵⁹ *A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*, ed. Luís Adão da Fonseca, Maria Cristina Pimenta e Joana Lencart (Cepese, 2013), doc. 189 (1482.10.01), 545-546; Chaves, *Livro de Apontamentos*, 172.

⁶⁰ Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 206, 541.

ao príncipe D. João, recorrendo a outros meios que não apenas os militares para conseguir os seus objetivos, onde se destacam o suborno e o assassinato.⁶¹ Garcia de Resende, cronista do príncipe D. João, futuro D. João II, absolve a atuação do seu biografado que, refira-se, tinha ficado responsável pela defesa do reino enquanto o seu pai se encontrava em Castela, colocando as dificuldades da defesa do território na dimensão da empresa do rei, referindo que *por el Rey seu pay ser em Castella, e levar a principal gente de Portugal, e assi elle recebia nos extremos do Reyno muytos rebates da gente dos contrarios, a que acudia com tanto esforço, saber, cuydado, e diligencia, quanto hum singular, e ardido capitão de muitos annos acostumado na guerra o podia fazer.*⁶²

2.3. (Des)organização e destruição

Como referimos anteriormente, um dos grandes problemas parece ter residido no facto de Portugal ter pouca gente para guarnecer e para servir. O estado de desorganização era tal que o mestre castelhano de Santiago, Alonso de Cardenas, esteve acampado na ribeira do Degebe, praticamente às portas de Évora, a cidade mais importante da região e uma das mais importantes do reino;⁶³ e o mesmo interveniente arrasou uma faixa correspondente a 50 km, partindo de Mérida, incluindo território pertencente às povoações portuguesas de Olivença, Elvas, Campo Maior e Ouguela.⁶⁴

Aos danos nos campos, provocados pelas incursões castelhanas, somava-se um outro problema, relacionado com as crises alimentares que atingiram Portugal neste período.⁶⁵ Submeter uma fortaleza ou uma região, recorrendo à fome como arma, era um recurso há muito utilizado pelos

⁶¹ No que diz respeito ao suborno, neste caso do comandante de uma guarnição, constituía uma alternativa lógica ao sempre moroso e dispendioso processo que caracterizava um assédio, James Titterton, *Deception in Medieval Warfare: Trickery and Cunning in the Central Middle Ages* (Boydell & Brewer, 2024), 124.

⁶² Resende, *Crónica de Dom João II*, cap. IX, 8.

⁶³ Góis, *Chronica do Príncipe*, cap. XCVI, 247-250.

⁶⁴ Pedro Orozco e Juan de la Parra. *Primera historia de la Orden de Santiago. Manuscrito del siglo XV, de la Real Academia de la Historia* (Edición del Marqués de Siete Iglesias, 1978), cap. XL, 409.

⁶⁵ Neste âmbito deverão ter tido especial impacto as crises frumentárias de 1472-1473 e 1475-1478. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV – Nova História de Portugal*, vol. IV (Editorial Presença, 1987), 30.

comandantes medievais, e nem uma vila que se considerasse bem abastecida podia resistir para sempre, se as suas colheitas, vinhas e olivais estivessem constantemente a ser alvo de destruição por parte do inimigo.⁶⁶ Veja-se o caso de Elvas. Esta vila, e o seu castelo, constituíam uma das principais barreiras à entrada de forças inimigas em solo português, e já tinha demonstrado a sua resiliência quando fora sitiada por Juan I de Castela, em 1385.⁶⁷ O entorno da povoação deverá ter sido bastante afetado, como se pode comprovar por alguns indícios,⁶⁸ situação agravada pelas supracitadas crises alimentares, que deverão ter atingido níveis alarmantes na região, levando a que um dos intervenientes numa transação, datada de 1479, registre que *porquanto nom podia a dicta venda escusar de fazer pera governar seus filhos por a carestya do pam ser muyto grande*.⁶⁹ Nesse sentido, e face à importância estratégica do lugar, o rei não teve outra alternativa a não ser recorrer a meios de uma natureza quase coerciva. Temos conhecimento, através de uma carta escrita por si, dirigida ao concelho de Avis, em outubro de 1478, que o rei mandou embargar o cereal existente em vários celeiros da comarca, para ser distribuído pelas vilas da frontaria, invocando-se a necessidade dos seus moradores e respetivas guarnições. A Elvas tocava receber 200 moios de trigo e cevada do celeiro de Avis, os quais seriam pagos ao preço que valiam então, só podendo ser entregues a quem apresentasse uma carta do capitão e dos

⁶⁶ Francisco García Fitz, “¿Más fuerte que la espada? El hambre como arma y motor de la guerra en la Castilla plenomedieval.” In *Guerra y carestia en la Europa medieval*, coord. Pere Benito i Monclús e Antoni Riera Melis (Milenio, 2014), 41-42. Encontra-se relativamente bem estudado o conhecimento que os comandantes medievais tinham dos ritmos agrícolas, procurando atingir o território inimigo durante o período das colheitas, comprometendo seriamente a sua subsistência durante o inverno, por exemplo. Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)* (Universidad de Sevilla, 2005), 142-148; William Caferro, “Warfare and Economy in Renaissance Italy, 1350-1450.” *The Journal of Interdisciplinary History* 39, n.º 2 (2008), 173; Carlos Afonso, *A guerra cristã na formação de Portugal (1128-1249)* (Edições Colibri/Comissão Portuguesa de História Militar, 2022), 159-160; Ekaitz Etxeberria Gallastegi, *Fazer la guerra. Estrategia y táctica militar en la Castilla del siglo XV* (CSIC, 2022), 176-181.

⁶⁷ João Gouveia Monteiro, “De D. Afonso IV (1325) a Alfaroqueira (1449) – Os desafios da maturidade.” In *Nova História Militar de Portugal* (Círculo de Leitores, 2003), 272.

⁶⁸ Referimo-nos à encampação de um olival, motivada pelo conflito entre Portugal e Castela, o que levou a que o mesmo não se encontrasse bem cuidado. Arquivo Histórico Municipal de Elvas, Santa Maria das Alcáçovas, n.º 32 (1481.04.09).

⁶⁹ AHME, Santa Maria das Alcáçovas, n.º 31 (1479.03.12).

juizes da urbe elvense.⁷⁰ Aos oficiais da vila de Avis, encarregues da supervisão deste processo, o monarca recomendava que fossem diligentes e rigorosos na sua função, caso contrário cada um pagaria 50 cruzados para a câmara régia e seriam degredados para a frontaria, para aí servir por um período de seis meses.⁷¹ Não era caso único. A fortaleza de Herrera de Alcántara, sob controlo português, recebia o cereal para o seu abastecimento a partir de Portugal, certamente por dificuldades logísticas e impossibilidade de aquisição no local.⁷²

A facilidade com que as forças castelhanas realizavam incursões em solo português, levou a que D. Afonso V ordenasse que a frontaria fosse melhor patrulhada, de modo que fosse possível detetar, com maior celeridade, as entradas do inimigo, possibilitando, assim, uma resposta adequada.⁷³ Por esta razão, a 13 de setembro de 1478, o monarca enviou uma carta dirigida a Manuel Pessanha, capitão em Elvas, dando-lhe conta das disposições tomadas:

E pera se isto bem fazer tenho hordenado que cada dia pola manhã de cada huum logar dos da frontaria sayam quatro atalhadores a cavallo dous per huua parte e dous pera a outra os quaaes atravessem todo o termo do logar de huua parte e da outra de guisa que com os que vierem atalhar dos outros logares comarquãaos nom fique terra nenhuua que huns ou os outros nom atravessem e olhamdo com muita ferverença se acham allguum rasto ou trilha de gente que seja entrada pera logo avisarem os lugares que

⁷⁰ A guerra e as suas vicissitudes, que se traduziam na destruição de pastos, na queima de colheitas e no impedimento da livre circulação de pessoas e bens, levava a que os bens alimentares sofressem uma inflação assinalável. Pablo Sanahuja Ferrer, “Alimentar la ciudad en tiempos de guerra. El abastecimiento cárnico de Valencia durante la Guerra de los Dos Pedros (1356-1366),” *Aragón en la Edad Media* 30 (2019), 353.

⁷¹ AHME, Tombo de provisões, cartas régias, alvarás e ordens, liv. 3 (1586-82), fl. 443-444 (1478.10.30). Por esta altura, D. Afonso V ordenou a compra de trigo e cevada para *repaíro e soportamento dos lugares da frontaria*. Chaves, *Livro de Apontamentos*, 61-62.

⁷² ANTT, Leitura Nova, Odiana, liv. 4, fl. 58 (1480.07.26).

⁷³ Esta provisão não se dedicava exclusivamente ao patrulhamento do território, mas advertia também sobre a importância da recolha de informações no processo de decisão e antecipação dos movimentos do adversário. Aqui, e tal como refere o documento, eram de extrema importância as escutas. Martins, *A arte da guerra*, 355; Etxeberria Gallastegi, *Fazer la guerra*, 167-169; Carlos Rodríguez Casillas, *La ley de las armas. La guerra en el marco de la Extremadura del periodo Trastámara (1369-1504)* (Diputación de Badajoz, 2022), 179. Temos o exemplo de João Afonso Torres, morador em Vila Viçosa, que desempenhou a função de escuta e espia durante a guerra de 1475-1479. ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 8, fl. 16v (1486.08.23).

*acudam a isso segumdo a cousa o requerer. E asy tenho hordenado que de noite lançam escuitas fora os quaees estem nos portos e logares homde melhor possam sentir se emtra allgua gente pera logo avisarem os logares e se dar a isso a provisam que comprir. E estes atalhadores tenho hordenado que sejam das lanças dos dez reais e que a isso os ajudem quaaesquer lanças de guarniçam que na villa estiverem de guisa que todos andem a giros sem nenhuum ser escusado pollo todos melhor poderem fazer. (...) E porem vos encomendo e mando que tomees gramde cuidado nessa villa de que sooes capitam de com grande delligemçia poerdes em obra todo o que asy tenho hordenado e cada dia e cada noyte mandardes os dictos atalhadores e escuitas fora encarregando os que o façam de maneira que per essa villa nem seu termo nom emtre gente que nom seja sentida a tempo que se possa bem regestiir. E vos temde cuidado tamto que o souberdes com os dessa villa e avisamdo as villas d'arredor que vos pera isso parecerem neçesarias de acudir aa cousa se o casso o requerer creemdo que se o asy bem fezerdes sera cousa em que me muyto servirees e que vos muito gradeçerey. E fazemdo se o contrairo teerey muita rezam de cuidar que he por vossa culpa. E per esta mando a qualquer capitam que neessa villa estiver com geemte que se comçerte comvosco de guissa que todollos de sua capitania sirvam com os desse lugar que ham dez reais como em çima dicto he sem a isso poerem outra duvida nem embargo que seja.*⁷⁴

E nem mesmo as cavalgadas lançadas pelos portugueses – um tipo de operação com a qual tinham sido bem-sucedidos em finais do séc. XIV – pareciam ser organizadas de forma adequada, como se comprova por uma ordenação, compilada no denominado *Livro Vermelho de D. Afonso V*, publicada em 30 de novembro desse mesmo ano de 1478, e que condenava à morte todos aqueles que retirassem de uma cavalgada sem ordem do capitão, deixando-o para trás, entregue à sua sorte.⁷⁵ Não queremos com isto dizer que os portugueses não continuassem a empreender cavalgadas contra território castelhano, porque as fontes mencionam algumas.⁷⁶ Contudo, não tinham a dimensão nem o âmbito geográfico alargado do

⁷⁴ AHME, Tombo de provisões, cartas régias, alvarás e ordens, liv. 3 (1586-82), fl. 417-417v (1478.09.13).

⁷⁵ “Livro vermelho do Sr. D. Afonso V.” In *Coleção de Livros Inéditos da História Portuguesa*, editado por José Corrêa da Serra, vol. 3 (Oficina da Academia Real das Ciências, 1790), n.º 50, 511.

⁷⁶ A cronística regista, por exemplo, a entrada portuguesa por terras de Sevilha, nos termos de Encinasola e Cumbres de San Bartolomé. Palencia, *Crónica de Enrique IV*, t. 4, 53-56.

século anterior. Este tipo de operações continuava, isso sim, a manifestar um carácter manifestamente “tradicional” da guerra fronteiriça, em que o proveito económico, através da captura de cativos, mas sobretudo de gado, se sobrepunha a imperativos de ordem estratégica.⁷⁷ Tratava-se da legitimação de uma prática quase quotidiana desta região, ilegal em tempos de paz, mas que a guerra acabava por validar.⁷⁸

Para tentar resolver um problema dual – a falta de homens e a falta de meios para os pagar – D. Afonso V convocou cortes em Lisboa para abril de 1478, onde lançou um pedido no valor de 60 milhões de reais.⁷⁹ Em termos gerais, era um empréstimo contraído pelo monarca junto dos seus súbditos – o mais avultado de toda a Idade Média portuguesa – destinado a sanar a grave situação financeira do reino, a custear as despesas inerentes à máquina de guerra e a fazer face às dívidas contraídas em 1476-1477, quando o rei se deslocou a França para solicitar o apoio de Luís XI, acompanhado por um séquito de 2200 homens.⁸⁰ Ainda assim, a maior preocupação do monarca passou por assegurar o pagamento do soldo das lanças que tinha em guarnição, tarefa de que se terá ocupado na segunda metade de 1478. Logo em julho, o rei informou a cidade de Évora de que iria enviar Fernão Lourenço, cavaleiro da sua casa, para *prover a conta do recebedor e veer o que tem recebido e despeso atee ora*, instruindo os oficiais eborenses para lhe entregarem o dinheiro que ele requeresse, para posteriormente o distribuir pelas várias capitánias da fronteira, bem como pela guarda do condestável.⁸¹ A 28 de setembro escrevia a Elvas para que a vila enviasse o nome do pagador e do escrivão das lanças de dez reais, para que lhes pudesse ser entregue o valor do soldo que se reportava a final

⁷⁷ Rodríguez Casillas, *La ley de las armas*, 212.

⁷⁸ Veja-se o caso de Lourenço Afonso, morador na vila alentejana de Arronches, que, durante a guerra, roubou uma manada de vacas em Castela, durante a noite. ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 8, fl. 34-34v (1486.09.07).

⁷⁹ Sousa, *As Cortes Medievais*, I, 416-420.

⁸⁰ Não foi o primeiro pedido deste género, uma vez que outros já tinham sido feitos em anos anteriores, para financiar a máquina de guerra da monarquia portuguesa. Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Duarte, “A fiscalidade em exercício: o pedido dos 60 milhões no almoxarifado de Loulé,” *Revista da Faculdade de Letras* 13 (1996), 205-208; Rodrigo da Costa Dominguez e José Manuel Triano-Milán, “The price of the throne. Public finances in Portugal and Castile and the War of the Castilian Succession (1475-9),” *Journal of Medieval History* 49, nº 1 (2023), 104.

⁸¹ ADE, Fundo da Câmara de Évora, Livro 2.º de Originais, fl. 120 (1478.07.05).

de agosto.⁸² Ainda para este período, temos registo do pagamento (124 100 reais), por exemplo, das lanças que estavam estacionadas em Olivença, sob o comando do bispo do Algarve.⁸³ E também de lanças castelhanas, ao serviço do rei de Portugal, como se atesta pela referência nas fontes às capitâneas dos castelhanos, sinal de que alguns lugares foram entregues, para defesa, a naturais do reino de Castela.⁸⁴ Parece ter sido esse o caso de um Garcia de Arévalo, capitão pelo rei de Portugal em Monsaraz, bem perto da fronteira castelhana.⁸⁵ Trata-se, seguramente, do mesmo indivíduo assinalado como vizinho de Fuentes de Año e que, em 20 de abril de 1480, recebeu um perdão dos Reis Católicos por ter estado ao serviço do rei de Portugal.⁸⁶ Esta diligência do rei relativamente ao pagamento dos soldos é indicativa da crescente burocratização e tendencial profissionalização que os exércitos sofreram nos finais da Idade Média, mas também é reveladora da consciência que os comandantes medievais tinham sobre a importância da moral para a manutenção da disciplina. Tropas sem pagamento ou com o mesmo bastante atrasado, e com deficiente avitualhamento, podiam tentar obter o seu sustento a partir das terras que deveriam proteger ou então empreender incursões em território inimigo, sem planeamento adequado.⁸⁷ No caso das lanças castelhanas, esta situação seria ainda mais importante, porque era vital manter a sua fidelidade através do estipêndio, impedindo-as de desertar, ou, até mesmo, de cometer traição através da entrega de uma fortaleza à sua guarda.

Seja como for, nada pôde apagar o autêntico rasto de destruição deixado um pouco por toda a fronteira alentejana, desde o ponto mais a norte, junto ao Tejo, até ao ponto mais a sul, onde confrontava com a Andaluzia. Aliás, um documento conservado na chancelaria de D. Afonso V é bem revelador do que acabámos de referir, encontrando-se mencionados um grande número de lugares da comarca, como tendo sido particularmente atingidos durante a guerra.⁸⁸ Duarte d'Armas, no *Livro*

⁸² AHME, Tombo de provisões, cartas régias, alvarás e ordens, liv. 3 (1586-82), fl. 382 (1478.09.28).

⁸³ ANTT, Leitura Nova, Livro dos Extras, fl. 120v-121 (1478.11.30).

⁸⁴ Chaves, *Livro de Apontamentos*, 48.

⁸⁵ ADE, Fundo da Câmara de Évora, Livro 2.º de Originais, fl. 123 (1478.07.06).

⁸⁶ AGS, RGS, legajo 148004, n.º 39 (1480.04.20).

⁸⁷ Covini, *L'exercito*, 387-391.

⁸⁸ O documento, publicado por Humberto Baquero Moreno, refere os lugares de Serpa, Moura, Mourão, Monsaraz, Terena, Alandroal, Juromenha, Vila Viçosa, Borba, Olivença,

das Fortalezas, elaborado dentro da primeira década do séc. XVI, ainda registou vestígios do conflito, particularmente a ermida de Santo António, em Juromenha, anotando numa das vistas que desenhou da vila que *esta igreja se derybou no tempo da gera*.⁸⁹ Esta exposição dos concelhos fronteiriços às vicissitudes da guerra, com consequente degradação da sua condição socioeconómica, conduzia a que, por vezes, os seus moradores tivessem de recorrer a meios ilícitos para assegurar a sua subsistência, embora alguns já o fizessem em tempos de paz. Isto levava a que o monarca tivesse “mão leve”, como sucedeu com os moradores de Terena, perdoados pelo rei devido à passagem ilegal de gado, assim como de outros bens, para Castela, durante o conflito, face às grandes perdas que tinham sofrido.⁹⁰

Anos após ter terminado a guerra, em 1482, o concelho de Castelo de Vide lamentava-se ao novo rei, D. João II – certamente com algum exagero – que *os moradores desta villa receberam tanto e mais dapno que outro algum lugar d’Antre Tejo e Hodiana nas guerras passadas, assy de mortes d’omeens como resguates, que poucos ficaram em esta villa que nom fossem presos*.⁹¹ E também se assistiram a situações, no mínimo, caricatas, que são indicadoras de um estado de desorganização. Quase dez anos após o fim do conflito, em 1487, a vila de Veiros solicitava ao rei que lhes fossem restituídas as chaves do lugar, que ficaram na posse do capitão do mesmo até àquela data.⁹²

Perante todas estas adversidades, não surpreende que D. Afonso V tenha recorrido a outras soluções, possivelmente menos ortodoxas, fazendo de velhos inimigos, novos amigos. Para isso, tratou de trazer para o seu lado um mestre de uma ordem militar, que não era bem o mestre, e uma condessa que tinha problemas em afirmar o seu poder no território que supostamente controlava.

Redondo, Elvas, Campo Maior, Arronches, Alegrete, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide, Assumar e Monforte. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 32, fl. 158 (1480.05.24). Humberto Baquero Moreno, “A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478,” *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, 25 (1979), 322-324.

⁸⁹ Santiago Macias, *Duarte Darmas: do cálamo ao drone* (MultiCulti, 2021), 55.

⁹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 32, fl. 118 (1480.03.29)

⁹¹ ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 3, fl. 100 (1482.12.18).

⁹² ANTT, Leitura Nova, Odiana, liv. 5, fl. 230 (1487.02.05).

3. EQUILIBRAR OS PRATOS DA BALANÇA: O MESTRE E A CONDESSA

Uma das personagens de que estamos a falar é Alonso de Monroy. Claveiro da Ordem de Alcántara, a segunda dignidade mais importante a seguir à de mestre, Monroy cobiçava a dignidade mestral pelo menos desde 1464, quando rebentou a luta contra Gómez de Solís.⁹³ Depois de uma série de operações militares entre ambos os partidos, o claveiro conseguiu ser eleito mestre em finais de 1472, ainda que Gómez de Solís continuasse a ser reconhecido como mestre até à sua morte, em 1473. Parecia que Alonso de Monroy tinha o caminho aberto para o que sempre ambicionara, mas o que antes era uma luta a dois, depressa se tornou uma luta a três: ao claveiro juntaram-se as candidaturas de Francisco de Solís, sobrinho de Gómez de Solís, autointitulado mestre; e Juan de Stuñiga, filho dos condes de Plasencia, que contava com o apoio do papa. Cada um destes homens controlava fortalezas da ordem ou outras em territórios bastante próximos, o que só aumentou o clima de tensão que se fazia sentir.⁹⁴ Apesar das inúmeras tribulações pelas quais passou, Alonso de Monroy viria mesmo a ser reconhecido como mestre pelos Reis Católicos, em 1476, após ter conseguido tomar Trujillo em finais do ano anterior. Contudo, pouco depois, os monarcas castelhanos sacrificaram politicamente Monroy, acordando entregar o mestrado de Alcántara a Juan de Stuñiga em troca da paz no reino.⁹⁵ Apesar deste contratempo, o claveiro continuou a prestar bons serviços a Isabel e a Fernando, conquistando Alegrete, como tivemos a oportunidade de referir e utilizando o lugar para causar devastação nas povoações vizinhas e, segundo Alonso de Maldonado, ainda conseguiu derrotar uma força portuguesa num combate junto a Olivença.⁹⁶ Foi justamente a falta de socorro a Alegrete, sitiada pelas tropas do príncipe João em fevereiro de 1477 – e apesar de Isabel solicitar várias vezes homens à cidade de Sevilha para levantar o cerco⁹⁷ – que acentuou a

⁹³ Rodríguez Casillas, *D. Alonso de Monroy (S. XV)*, 48.

⁹⁴ Pino Garcia, *Extremadura en las luchas*, 245-251.

⁹⁵ Gloria Lora Serrano, “Matrimonio y poder en la Extremadura Medieval. Consideraciones sobre la vida de Juan de Estuñiga, Maestre de Alcántara,” *Revista de estudios extremeños* 64, n.º 3 (2008), 1633.

⁹⁶ Maldonado, *Vida e historia*, cap. XXXV, 129-130.

⁹⁷ Não raras vezes a rainha procurou afirmar a sua autoridade durante o conflito, intervindo em assuntos militares frequentemente, e exarando ordens, sozinha ou conjuntamente com o rei. Sobre esta situação, ver o recente estudo de María Isabel del

degradação das relações entre Monroy e os reis castelhanos, que lhe voltaram a negar o mestrado em finais desse ano. Terá sido possivelmente já em inícios de 1478 que o aspirante a mestre e o rei de Portugal se aproximaram.

Não sabemos quem abordou quem. Garcia de Resende afirma que o príncipe João deu as fortalezas de Azagala e Piedrabuena a Alonso de Monroy, depois de as ter recebido de Pedro Pantoja, juntamente com outras rendas no reino de Portugal, tendo servido sempre *na guerra bem e fielmente como esforçado cavaleiro sempre servio até se fazerem as pazes*.⁹⁸ O cronista parece colocar este episódio na mesma altura em que se fizeram as cortes de Montemor, que se iniciaram a 21 de janeiro de 1477,⁹⁹ o que não parece ter grande sentido, atendendo ao que vamos referir de seguida. Conserva-se na Biblioteca Pública de Évora, copiadas para um códice do séc. XVI, as promessas que D. Afonso V fez a Alonso de Monroy, datadas de 4 de junho de 1478. Em troca da fidelidade do claveiro da ordem de Alcántara o rei de Portugal prometia, entre outras coisas, entregar de forma definitiva a fortaleza de Piedrabuena, bem abastecida e apetrechada se Monroy provasse a sua fidelidade durante um ano, podendo durante esse período guarnecê-la com as suas gentes para fazer guerra *aas vilas e fortalezas e lugares de vosa ordem que não vos obedecerem*; quando D. Afonso V entrasse na cidade de Badajoz, entregaria as fortalezas de Azagala e Herrera de Alcántara ao mestre; o rei de Portugal jurava ainda encetar todos os esforços junto da Santa Sé para que Monroy fosse reconhecido como mestre da Ordem de Alcántara; o monarca também se comprometia a pagar 300 lanças para auxiliar o claveiro a controlar a ordem e tomar Alcántara, e, finalizada esta tarefa, aceitava pagar 300 lanças se Monroy quisesse tomar Benquerencia, durante toda a duração do cerco.¹⁰⁰ Aparentemente, o claveiro demorou algum tempo a decidir se aceitava os termos propostos pelo rei de Portugal, uma vez que a sua obediência e homenagem, jurada em Évora por

Val Valdivieso, “El papel de la reina Isabel en la guerra de sucesión castellana (1475-1479),” *En la España Medieval* 46 (2023), 313-333.

⁹⁸ Resende, *Crónica de Dom João II*. cap. XVI

⁹⁹ Sousa, *As Cortes Medievais*, I, 409. Talvez exista alguma confusão com as cortes de Santarém/Lisboa, que se iniciaram a 10 de setembro desse ano.

¹⁰⁰ BPE, Manizola, cód. 177, fl 69-72v (1478.06.04); Diogo Faria, “A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)”, vol. 2. (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 2021), 151-156.

Francisco de Monroy, também ela copiada neste códice, apenas data de 3 de novembro de 1478, quase cinco meses após a carta de D. Afonso V.¹⁰¹ Talvez esta seja a altura perfeita para introduzirmos outra personagem neste complexo jogo político: Beatriz Pacheco, condessa de Medellín.

Em primeiro lugar, devemos referir que a condessa e Alonso de Monroy eram velhos inimigos. Aliás, Beatriz Pacheco foi uma apoiante de Gómez de Solís pelo controlo do mestrado de Alcántara, razão pela qual viu as suas terras serem fustigadas por tropas do claveiro.¹⁰² A condessa foi mesmo obrigada a repelir um assalto que Monroy tentou sobre o castelo de Medellín.¹⁰³ Não sendo partidária das pretensões de Isabel e Fernando ao trono castelhano, a duplamente viúva Beatriz,¹⁰⁴ depressa ganhou uma reputação de mulher indomável e, de certa forma, intratável. Em 1478, já quando estava em fase aberta de revolta, a condessa enviou várias delegações aos reis de Castela no sentido de reconhecer a posse do condado, em jeito de capitulação, mas os monarcas rejeitaram.¹⁰⁵ Até libertou o seu filho Juan das masmorras do castelo de Medellín, onde o mantinha preso há alguns anos, como sinal de boa-fé. Tudo em vão. Desta forma, cimentou uma aliança com o seu velho inimigo Alonso de Monroy, colocando-se ao lado de D. Afonso V, fazendo assim uso da velha máxima “o inimigo do meu inimigo, meu amigo é”. Desconhecemos, neste caso, quais foram as promessas feitas pelo rei de Portugal, mas parece evidente que lhe terá prometido o reconhecimento *de facto* da titularidade do condado, como já há muito aspirava. Rui de Pina, na *Crónica de D. Afonso V* enaltece a sua fidelidade à causa do rei português, referindo que *a condessa de Medelim em Castela, D. Briatiz Pacheco, irmã do marquês de Vilhena, com suas fortalezas, e outras alheas que tinha, esteve sempre ao serviço d’el-rei D. Afonso.*¹⁰⁶ Graças à sua intervenção e à de Alonso de Monroy, forças portuguesas puderam lançar ataques comprometedores

¹⁰¹ BPE, Manizola, cód. 177, fl 66-67 (1478.11.07); Faria, “*A diplomacia,*” II, 156-157.

¹⁰² Rodríguez Casillas, *D. Alonso de Monroy (S. XV)*, 57.

¹⁰³ Francisco García Fitz e Feliciano Novoa Portela, “El papel militar de las órdenes en los conflictos civiles castellanos del siglo XV,” In *Entre Deus e o rei. O mundo das ordens militares*, vol. 1, coord. Isabel Cristina Fernandes (Palmela/Município de Palmela/GESOS, 2018), 185.

¹⁰⁴ Beatriz Pacheco enviuvou de Rodrigo de Portocarrero, conde de Medellín, em 1463, e de Alonso de Silva, conde de Cifuentes, em 1469.

¹⁰⁵ Pino Garcia, *Extremadura en las luchas*, 296-297.

¹⁰⁶ Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 207, 542.

desde Montánchez e Medellín, razão pela qual esta última fortaleza foi assediada, em 1479.¹⁰⁷

4. CONCLUSÃO

D. Afonso V foi um homem do seu tempo, que sucumbiu perante um evento catastrófico que matou, praticamente, todas as aspirações que tinha em relação ao trono do reino vizinho. A sua derrota em Toro, a 1 de março de 1476, terminou verdadeiramente a guerra, muito embora esta só tenha conhecido o seu epílogo em 1479. O período que se seguiu à batalha foi uma agonia, uma espécie de morte lenta, com o reino, falho de homens – muitos deles mortos na batalha e outros durante a retirada – e sobretudo de meios, devido à insuficiência de recursos financeiros, a passar por sérias dificuldades.¹⁰⁸ Não nos podemos esquecer que, para além desta guerra, Portugal guarnecia, simultaneamente, praças no norte de África, nomeadamente Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, num esforço financeiro enorme que levou a Coroa a incorrer em dívidas consideráveis.

O Alentejo, uma das portas de entrada mais importantes no reino, sofreu com esta insuficiência de meios, mas, ao contrário do que sucedeu em finais do século XIV, terão faltado comandantes militares capazes, e uma dose elevada de organização, para fazer face ao inimigo. Parece também claro que D. Afonso V tentou preparar o seu caminho bem antes de 1475, aparecendo tanto como aliado de Enrique IV, como no papel de interlocutor privilegiado no complexo cenário das lutas internas da Extremadura castelhana. Mas também ninguém tenha ilusões de que tanto Alonso de Monroy, como Beatriz Pacheco, eram apenas partidários do rei português por conveniência pessoal, como um meio para atingir os seus próprios objetivos, e nunca por crença na justiça da causa de D. Afonso V. Também nada nos garante que o rei português não tivesse plena consciência desse facto. Aliás, tudo indica que aqui terá falado mais alto o pragmatismo e a necessidade de levar a guerra aos Reis Católicos,

¹⁰⁷ Juan José Sánchez González, “El asedio a Medellín de 1479: un ejemplo de política medieval,” *Revista de Historia de las Vegas Altas de la Asociación Torre Isunza* 9 (2017), 36-51.

¹⁰⁸ Fazemos uma leitura similar à apresentada por Dominguez e Triano-Milán, “The price of the throne”, 106. O prolongamento da guerra em nada favoreceu as duas monarquias ibéricas que, devido ao arrastar do conflito, se viram lançados para uma guerra de atritos, com grandes implicações, sobretudo a nível económico.

instrumentalizando os mecanismos de aplicação da violência organizada que tinha ao seu dispor. Alonso de Monroy, à semelhança de outros capitães do mesmo período, trazia consigo o prestígio da ordem que encabeçava, os seus meios humanos e materiais, mas, acima de tudo, uma quantidade apreciável de gente de guerra que lhe estava associada pela sua natureza senhorial, ou seja, de cariz estipendiário, aportada pela linhagem, por si paga e mantida.¹⁰⁹

Ambos acabaram por ser perdoados pelos Reis Católicos, sendo os seus nomes referidos nos acordos de paz. Ainda assim, os monarcas castelhanos recusaram sempre reconhecer o claveiro como mestre, apesar da insistência dos reis de Portugal, tanto de D. Afonso V, como de D. João II. A sua fidelidade à causa portuguesa foi reconhecida, sendo-lhe atribuída uma compensação anual de 140 000 reais (em 1482), aumentada para 210 000, no ano seguinte, valor proveniente do almoxarifado de Estremoz.¹¹⁰ Parece ter sido uma figura respeitada pelos reis de Portugal, que o chegaram a enviar como embaixador ao norte de África, onde, em 1489, negociou o levantamento do cerco à fortaleza portuguesa da Graciosa, cercada pelo sultão de Fez.¹¹¹ Alguns dados sugerem que terá dividido o seu tempo entre os dois lados da fronteira. Uma carta não datada, mas seguramente redigida entre 1512 e 1514, por Diogo Taveira, corregedor da comarca de Entre Tejo e Odiana, refere que este se deslocou a Veiros, Borba e Vila Viçosa para fazer a avaliação da comenda que foi de Alonso de Monroy, entretanto falecido em 1511.¹¹² Estar com os pés nos dois reinos deve ter sido do seu agrado, ele que, para manter o sonho do mestrado vivo, ainda havia atacado Valencia de Alcántara, em 1484, e Herrera de Alcántara, em 1491.¹¹³ Beatriz Pacheco teve menos sorte. Os Reis Católicos reconheceram ao seu filho a posse do condado de Medellín, matando, assim, as ambições da condessa que, apesar disso, se reconciliou com o filho, conseguindo uma importante compensação financeira pela

¹⁰⁹ García Fitz e Novoa Portela, “El papel militar”, 388-389.

¹¹⁰ ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 118 (1482.08.17); ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 85 (1483.10.05).

¹¹¹ Resende, *Crónica de Dom João II*, cap. LXXXII, 126. Alonso de Monroy também é referido em carta enviada por D. João II à cidade de Évora, sobre o cerco da fortaleza da Graciosa. Pedro Pinto, “Carta de D. João II à câmara de Évora sobre o cerco da fortaleza da Graciosa (1489),” *Fragmenta Historica* 6 (2018), 175-176.

¹¹² ANTT, Coleção de Cartas, Núcleo Antigo 881, n.º 220.

¹¹³ Rodríguez Casillas, *D. Alonso de Monroy (S. XV)*, 66.

sua renúncia ao condado.¹¹⁴ Pela sua fidelidade à causa de D. Afonso V, recebeu do rei português, desde 1 de janeiro de 1480, uma tença anual de 178.327 reais, pagos pelo almoxarifado de Santarém.¹¹⁵

BIBLIOGRAFIA

Fontes Editadas

A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554), editado por Luís Adão da Fonseca, Maria Cristina Pimenta e Joana Lencart. Porto: Cepese, 2013.

Chaves, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos (1438-1489)*, introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Colección Diplomática Medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494), vol. II (1454-1494). ed. Bonifacio Palacios Martín Madrid: Editorial Complutense, 2003.

Crónica Incompleta de los Reyes Católicos (1469-1476), editado por Julio Puyol. Madrid: Academia de la Historia, 1934.

Documentos sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo, vol. I. ed. Miguel Ángel Ladero Quesada e César Olivera Serrano Madrid: Universidad Carlos III de Madrid/Comité Español de Ciencias Históricas, 2016.

El tumbo de los Reyes Católicos del concejo de Sevilla, vol. I (1474-1477), editado por Ramón Carande e Juan de Mata Carriazo. Madrid: Fundación Ramón Areces, 2007.

Góis, Damião de. *Chronica do Príncipe Dom Joam*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905.

Livro das Ilhas, editado por José Pereira da Costa. Angra do Heroísmo-Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1987.

¹¹⁴ Sánchez González, “El asedio”, 47-48.

¹¹⁵ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 32, fl. 16v (1480.05.01).

“Livro vermelho do Sr. D. Afonso V.” In *Colecção de Livros Inéditos da História Portuguesa*, editado por José Corrêa da Serra, vol. 3. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1790.

Maldonado, Alonso. *Vida e historia del maestre de Alcántara don Alonso de Monroy*, editado por Leonardo Romero. Tarragona: Tárraco, 1978.

Orozco, Pedro e Juan de la Parra. *Primera historia de la Orden de Santiago. Manuscrito del siglo XV, de la Real Academia de la Historia*. Badajoz: Edición del Marqués de Siete Iglesias, 1978.

Palencia, Alonso de. *Crónica de Enrique IV*, tomo 3 e tomo 4. Madrid: Tipografía de la revista de archivo, 1905.

Pina, Rui de. *Crónica de D. Afonso V de Rui de Pina*, editado por Thomas Earle. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024.
DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2567-6>.

Pulgar, Fernando del. *Crónica de los Reyes Católicos*, tomo I, editado por Juan de Mata Carriazo. Granada: Universidad de Granada, 2008.

Resende, Garcia de. *Crónica de Dom João II e miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

Pinto, Pedro. “Carta de D. João II à câmara de Évora sobre o cerco da fortaleza da Graciosa (1489).” *Fragmenta Historica* 6 (2018), 175-176. URL: https://ceh.fesh.unl.pt/pdf/rev/2018/06_41.pdf.

Zurita, Jerónimo. *Anales de la Corona de Aragón*, editado por Ángel Canellas López, edição digital. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2003, URL: <https://ifc.dpz.es/publicaciones/ver/id/2448>.

Estudos

Afonso, Carlos. *A guerra cristã na formação de Portugal (1128-1249)*. Lisboa: Edições Colibri/Comissão Portuguesa de História Militar, 2022.

Allmand, Christopher. *Lancastrian Normandy. The History of a Medieval Occupation*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

Azcona, Tarsicio de. “Isabel la Católica bajo el signo de la revolución y de la guerra (1464-1479).” In *Isabel la Católica y la política*, editado por

- Julio Valdeón Baruque, 51-82. Valladolid: Ámbito Ediciones/ Instituto de Historia Simancas, 2001.
- Bianchi, Vito. *Otranto 1480: Il sultano, la strage, la conquista*. Bari-Roma: Laterza, 2018.
- Boffa, Sergio. “Le clergé et le maniement des armes au Moyen Âge.” *Revue belge de Philologie et d'Histoire* 95 (2018), 177-192.
DOI: <https://doi.org/10.3406/rbph.2018.9164>.
- Caferro, William. “Warfare and Economy in Renaissance Italy, 1350-1450.” *The Journal of Interdisciplinary History* 39, n.º 2 (2008), 167-209. DOI: <https://doi.org/10.1162/jinh.2008.39.2.167>.
- Carceller Cerviño, María del Pilar. *Beltrán de la Cueva. Monarquía y nobleza a fines de la Edad Media*. Madrid: Sílex, 2011.
- Coelho, Maria Helena da Cruz e Luís Miguel Duarte. “A fiscalidade em exercício: o pedido dos 60 milhões no almoxarifado de Loulé.” *Revista da Faculdade de Letras* 13 (1996), 205-229.
- Covini, Maria Nadia. *L'esercito del duca. Organizzazione militare e istituzioni al tempo degli Sforza (1450-1480)*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medioevo, 1998.
- Dias, Paulo. “A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471.” Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- Dominguez, Rodrigo da Costa e José Manuel Triano-Milán. “The price of the throne. Public finances in Portugal and Castile and the War of the Castilian Succession (1475-9).” *Journal of Medieval History* 49, nº 1 (2023), 93-110.
DOI: <https://doi.org/10.1080/03044181.2022.2155988>.
- Duarte, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 1999.
- Duarte, Luís Miguel. “A marinha de guerra. A pólvora. O norte de África.” In *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, coordenado por José Mattoso, 290-441. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003.

- Duggan, Lawrence G. *Armsbearing and the Clergy in the History and Canon Law of Western Christianity*. Woodbridge/Rochester: Boydell Press, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1515/9781782041764>.
- Encarnação, Marcelo Augusto da. *A Batalha de Toro*. Porto: Fronteira do Caos, 2014.
- Etxeberría Gallastegi, Ekaitz. *Fazer la guerra. Estrategia y táctica militar en la Castilla del siglo XV*. Madrid: CSIC, 2022.
- Etxeberría Gallastegi, Ekaitz. “I intend to give him battle. Battle-Seeking in a Civil War Context: Toro (1476).” *Journal of Medieval Military History* 20 (2022), 185-201.
DOI: <https://doi.org/10.1017/9781800106178.008>.
- Faria, Diogo. “*A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*.” 2 vols. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto, 2021.
- Fonseca, Jorge. *D. João, marquês de Montemor-o-Novo: uma vida entre duas épocas*. Lisboa: Dinalivro, 2010.
- Fonseca, Luís Adão da. *D. João II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.
- Franco Silva, Alfonso. “¡Viva el duque nuestro señor!: las revueltas contra don Beltrán de la Cueva en Alburquerque (1465-1472).” In *Estudios sobre Don Beltrán de la Cueva y el ducado de Alburquerque*, 103-149. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2002.
- García Fitz, Francisco. *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.
- García Fitz, Francisco. “¿Más fuerte que la espada? El hambre como arma y motor de la guerra en la Castilla plenomedieval.” In *Guerra y carestía en la Europa medieval*, coordinado por Pere Benito i Monclús e Antoni Riera Melis, 35-64. Lérida: Milenio, 2014.
- García Fitz, Francisco e Feliciano Novoa Portela. “El papel militar de las órdenes en los conflictos civiles castellanos del siglo XV.” In *Entre Deus e o rei. O mundo das ordens militares*, vol. 1, coordinado por

- Isabel Cristina Fernandes, 371-389. Palmela/Município de Palmela/GEsOS, 2018.
- Gerrard, Daniel. *The Church at War: The Military Activities of Bishops, Abbots and Other Clergy in England, c. 900-1200*. Abingdon/ Nova Iorque: Routledge, 2017.
DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315614670>.
- Gomes, Saul António. *D. Afonso V: o Africano*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.
- Gomes, Saul António. “The idea of Crusade in Portugal through the fifteenth century.” In *Mercenaries and Crusaders*, editado por Attila Bárány, 317-331. Debrecen: Universidade de Debrecen, 2024.
- Housley, Norman. *The Later Crusades, 1274-1580. From Lyons to Alcazar*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- Kotecki, Radosław, Jacek Maciejewski e John S. Ott, ed. *Between Sword and Prayer: Warfare and Medieval Clergy in Cultural Perspective*. Leiden/Boston: Brill, 2018.
DOI: <https://doi.org/10.1163/9789004353626>.
- Ladero Quesada, Miguel Ángel. *Castilla y la conquista del reino de Granada*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 1987.
- Lincoln, Kyle C. “In exercitu loco eius pontificalia exercet: Warrior Clerics in the Era of Fernando III.” In *The sword and the cross: Castile-León in the era of Fernando III*, 85-104. Leiden/Boston: Brill, 2020. DOI: https://doi.org/10.1163/9789004428287_006.
- Lora Serrano, Gloria. “Señorios y frontera: la nobleza extremeña ante la guerra castellana de sucesión.” *Revista de História da Faculdade de Letras* 15, n.º 1 (1998), 383-410.
- Lora Serrano, Gloria. “Matrimonio y poder en la Extremadura Medieval. Consideraciones sobre la vida de Juan de Estúñiga, Maestre de Alcántara.” *Revista de estudios extremeños* 64, n.º 3 (2008), 1593-1638.
- Macias, Santiago. *Duarte Darmas: do cálamo ao drone*. S.l.: MultiCulti, 2021.

- Marques, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV – Nova História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- Marques, José. *Relações entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.
- Martins, Miguel Gomes. *A arte da guerra em Portugal (1245-1367)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0696-5>
- Mondola, Roberto. “La conquista otomana de Otranto en la historiografía italiana y española (siglos XV, XVI, XVII).” *Studia Historica. Historia Moderna* 36 (2014), 35-58.
DOI: <http://dx.doi.org/10.14201/shhmo2014363558>.
- Monteiro, João Gouveia. *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- Monteiro, João Gouveia. “De D. Afonso IV (1325) a Alfarrobeira (1449) – Os desafios da maturidade.” In *Nova História Militar de Portugal*, 164-287. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003.
- Moreno, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973.
- Moreno, Humberto Baquero. “A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478.” *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, 25 (1979), 297-324.
- Moreno, Humberto Baquero. “Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos.” *Revista da Faculdade de Letras* 10 (1993), 103-116.
- Nisa, João. “Um palco e um cenário. A fronteira alentejana e as Guerras Fernandinas (1369-1382).” *Juvenes - The Middle Ages seen by young researchers*, editado por André Madruga Coelho e Silvana Sousa. Évora: Publicações do Cidehus, 2020.
DOI: <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.9937>.

- Paviot, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Paris-Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995.
- Pino García, José Luis del. *Extremadura en las luchas políticas del siglo XV*. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz, 1991.
- Prieto Sayagués, Juan Antonio. “La participación política, militar y diplomática de los obispos en los conflictos del reinado de Juan I de Castilla.” *Revista Roda da Fortuna – Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievalo*, 3, n.º 1-1 (2014), 123-147.
- Ramos, Manuel. “Os membros da Geração de Avis. Amizades, inimizades e falta de exemplaridade.” In *Symbolon I – Amor e Amizade*, organizado por Belmiro Fernandes Pereira e Jorge Deserto, 91-113. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- Rodríguez Casillas, Carlos. “Tipología de las campañas militares ocurridas en la frontera luso-extremeña durante la Guerra de Sucesión castellana a la muerte de Enrique IV (1475-1479).” *Revista Signum* 11, n.º 2 (2010): 183-206. DOI: <https://doi.org/10.21572/2177-7306.2011.V11.N2.10>.
- Rodríguez Casillas, Carlos. *D. Alonso de Monroy (s. XV). Maestre de Alcántara y señor de la guerra*. Badajoz: Diputación de Badajoz, 2013.
- Rodríguez Casillas, Carlos. *A fuego e sangre. La guerra entre Isabel la Católica y doña Juana en Extremadura (1475-1479)*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2013.
- Rodríguez Casillas, Carlos. “Más allá del Duero: La Guerra de Sucesión en Extremadura (1475-1477).” *Medievalismo* 27 (2017), 285-301. DOI: <https://doi.org/10.6018/medievalismo.27.310671>.
- Rodríguez Casillas, Carlos. “Guerras nobiliarias en el marco de las luchas políticas del siglo XV: el caso extremeño.” In *La guerra privada en la Edad Media: las coronas de Castilla y Aragón (siglos XIV-XV)*, coordinado por Ekaitz Etxeberria Gallastegi e Jon Andoni de Larrea Rojas, 117-141. Saragoça: Universidad de Zaragoza, 2021.

- Rodríguez Casillas, Carlos. *La ley de las armas. La guerra en el marco de la Extremadura del periodo Trastámara (1369-1504)*. Badajoz: Diputación de Badajoz, 2022.
- Roldão, Filipa. “Na rua e no arquivo: a construção da memória portuguesa da Batalha de Toro.” In *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais – A guerra e a sociedade na Idade Média*, vol. 1, 319-327. S.l.: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009.
- Roucole, Fabien. *Prélats et hommes de guerre dans la France du XV^e siècle*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2020.
DOI: <https://doi.org/10.4000/books.pup.47418>.
- Sanahuja Ferrer, Pablo. “Alimentar la ciudad en tiempos de guerra. El abastecimiento cárnico de Valencia durante la Guerra de los Dos Pedros (1356-1366).” *Aragón en la Edad Media* 30 (2019), 351-387.
DOI: https://doi.org/10.26754/ojs_aem/aem.2019303991.
- Sánchez González, Juan José. “El asedio a Medellín de 1479: un ejemplo de política medieval.” *Revista de Historia de las Vegas Altas de la Asociación Torre Isunza* 9 (2017), 36-51.
- Sousa. Armindo de. *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. 2 vols. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- Titterton, James. *Deception in Medieval Warfare: Trickery and Cunning in the Central Middle Ages*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2024.
- Thornton, David E. “The Bellicose Bishop of the Battle of Neville’s Cross, 1346.” *Northern History* 61, n.º 2 (2024), 164–179.
DOI: <https://doi.org/10.1080/0078172X.2024.2344473>.
- Val Valdivieso, María Isabel del. “La herencia del trono.” In *Isabel la Católica y la política*, editado por Julio Valdeón Barunque, 15-49. Valladolid: Ámbito Ediciones/ Instituto de Historia Simancas, 2001.
- Val Valdivieso, María Isabel del. “El papel de la reina Isabel en la guerra de sucesión castellana (1475-1479).” *En la España Medieval* 46 (2023), 313-333. DOI: <https://doi.org/10.5209/elem.88023>.
- Villalon, L. J. Andrew. “Taking the King’s Shilling” to Avoid ‘the Wages of Sin’: English Royal Pardons for Military Malefactors during the

Hundred Years War.” In *The Hundred Years War (Part III). Further Considerations*, editado por L. J. Andrew Villalon e Donald J. Kagay, 357-435. Leiden-Boston: Brill, 2013.

DOI: https://doi.org/10.1163/9789004245655_016.

Villalon, L. J. Andrew. “Cardinal Sins” and “Cardinal Virtues” of “El Tercer Rey,” Pedro González de Mendoza: The Many Faces of a Warrior Churchman in Late Medieval Europe.” *Journal of Medieval Military History* 13 (2015), 213-246.

DOI: <https://doi.org/10.1017/9781782045854.010>.

Xhufi, Pellumb. “La spedizione turca d’Otranto del 1480 e le sue ripercussioni nell’area adriática.” *Rivista Storica delle terre adriatiche* 1 (2022), 29-49.